



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2016.0000615488**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001112-11.2014.8.26.0326, da Comarca de Lucélia, em que são apelantes RUI GONÇALVES ALVES e LOURDES JOSÉ DOS SANTOS ALVES, são apelados FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO e DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SÃO PAULO - DER/SP.

**ACORDAM**, em 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ALIENDE RIBEIRO (Presidente) e RUBENS RIHL.

São Paulo, 23 de agosto de 2016.

**MARCOS PIMENTEL TAMASSIA**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Apelação nº 0001112-11.2014.8.26.0326**

**Apelantes: Rui Gonçalves Alves e Lourdes José dos Santos Alves**

**Apelados: Fazenda do Estado de São Paulo e DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SÃO PAULO - DER/SP**

**Comarca: Lucélia**

**Voto nº 2894**

**Julgador de Primeiro Grau: Fábio Renato Mazzo Reis**

**APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – Acidente de veículo desencadeado por má sinalização da rodovia em trecho que se encontrava em obras - Matéria que não se enquadra naquelas de competência desta Seção de Direito Público – Competência recursal de alguma das Câmaras (25ª a 36ª) da Seção de Direito Privado III deste Tribunal – Dicção do artigo 5º, caput e inciso III, item III. 15, da Resolução nº 623/2013 do Órgão Especial desta Corte – Declinação de competência que se impõe – Precedentes, inclusive, das mencionadas Câmaras de Direito Privado, decidindo a matéria – Redistribuição – Recurso não conhecido.**

Vistos.

Trata-se de apelação interposta contra sentença prolatada nos autos de ação proposta por **RUI GONÇALVES ALVES** e **LOURDES JOSÉ DOS SANTOS ALVES** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO (DER-SP)**, almejando a condenação dos corréus por supostos danos materiais e morais advindos de acidente de veículo em virtude das más condições da rodovia.

A r. sentença (fls. 370/376), de relatório adotado, julgou improcedentes os pedidos. Mercê da sucumbência, carreu-se aos coautores o custo do processo civil, tendo os honorários advocatícios sido fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Recorrem os demandantes (fls. 381/393), repisando a tese de que o acidente de trânsito que levou a óbito o seu filho decorreu da má sinalização da rodovia em trecho que se encontrava em obras, razão por que imputa aos entes públicos corréus a responsabilidade pelo evento. Pedem, nessa conformidade, a reforma da sentença adversada.

O apelo foi recebido no duplo efeito (fls. 394), processado e contrariado (fls. 396/402).

É o relatório. **DECIDO.**

Cuida-se de demanda almejando a condenação solidária do Estado de São Paulo e do DER-SP por pretensos danos materiais e morais oriundos de **acidente de veículo desencadeado por má sinalização da rodovia em trecho que se encontrava em obras.**

Nesse quadro, não se pode conhecer do recurso, porquanto versa sobre matéria que não se enquadra em nenhuma das hipóteses estampadas no artigo 3º da Resolução nº 623/2013 do Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça, abarcadas pela competência desta Seção de Direito Público, nos termos do artigo 3º deste ato normativo; *in verbis*:

*“Art. 3º. A Seção de Direito Público, formada por 8 (oito) Grupos, numerados ordinalmente, cada um deles integrado por 2 (duas) Câmaras, salvo o 1º Grupo, que é integrado pelas três primeiras Câmaras, e o 7º Grupo, que é integrado pelas Câmaras 14ª, 15ª e 18ª, é constituída por 18 (dezoito) Câmaras, também numeradas ordinalmente, assim distribuídas:*

*I – 1ª a 13ª Câmaras, com competência preferencial para o julgamento das seguintes matérias:*

*I.1 – Ações relativas a concursos públicos, servidores públicos em geral, questões previdenciais e ações fundadas na Lei Estadual nº 4.819/1958;*

*I.2 – Ações relativas a controle e cumprimento de atos administrativos;*

*I.3 – Ações relativas a licitações e contratos administrativos;*

*I.4 – Avaliações judiciais disciplinadas pelo Código de Mineração e seu Regulamento (Decretos-lei 227/1967 e 318/1967, e Decreto nº 62.934/1968);*

*I.5 – Ações de desapropriação, salvo as mencionadas no parágrafo único do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/1941;*

*I.6 - Ações relativas a ensino em geral, ressalvado o disposto no § 1º do art. 5º desta Resolução;*

*I.7 – Ações de responsabilidade civil do Estado, inclusive as decorrentes de ilícitos extracontratuais de concessionárias e permissionárias de serviço público, que digam respeito à prestação de serviço público, ressalvado o disposto no item III.15 do art. 5º desta Resolução; (Redação dada pela Resolução nº 648/2014)*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*I.7.a – Ações de apossamento administrativo, de desistência de desapropriação e de uso e ocupação de bem. público (1); (Incluído pela Resolução nº 648/2014);*

*I.8 - Ações e execuções de natureza fiscal ou parafiscal de interesse da Fazenda do Estado e de suas autarquias e contribuições sindicais;*

*I.9 - Ação popular;*

*I.10 – Ação civil pública, relacionada com matéria da própria Seção;*

*I.11 - Ações cuja matéria seja de Direito Público e não esteja na competência recursal de outras Seções do Tribunal de Justiça, das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente e das 14ª a 18ª Câmaras de Direito Público”. (Negritei).*

Grife-se que a competência para o julgamento de recursos por esta Seção de Direito Público não se firma pela qualidade das partes, mas, antes, pela **natureza da relação jurídica** retratada na causa.

Com efeito, a matéria posta nos autos (**acidente de trânsito** provocado pela má sinalização da rodovia) é afeta à competência recursal de alguma das Câmaras (25ª a 36ª) da Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, *ex vi* do disposto no artigo 5º, *caput* e inciso III, item III. 15, da citada Resolução (nº 623/2013):

*“Art. 5º. A Seção de Direito Privado, formada por 19 (dezenove) Grupos, numerados ordinalmente, cada um deles integrado por 2 (duas) Câmaras, em ordem sucessiva, é constituída por 38 (trinta e oito) Câmaras, também numeradas ordinalmente, e subdividida em 3 (três) Subseções, assim distribuídas:*

(OMISSIS).

*III – Terceira Subseção, composta pelas 25ª a 36ª Câmaras, com competência preferencial para o julgamento das seguintes matérias.*

(OMISSIS).

*III. 15 – Ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo, além da que cuida do parágrafo primeiro”. (Negritei).*

Esse é o entendimento que vem sido perfilhado por esta Seção de Direito Público, na linha do que se colhe dos seguintes julgados:

*“Ação de reparação de danos materiais e morais - Acidente de veículo - Competência - Tratando-se de matéria relativa a dano causado em acidente de veículo, a competência para julgar o recurso é da Terceira Subseção de Direito Privado, composta pelas 25ª a 36ª Câmaras - Recurso não conhecido, determinada a remessa dos autos a uma das Câmaras de Direito Privado apontadas como competentes.” (Apelação nº 0007180-24.2012.8.26.0624, 2ª Câmara, Rel. Des. Renato Delbianco, j. 07/06/2016);*

*“APELAÇÃO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - CONSERVAÇÃO DE VIA PÚBLICA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - É inderrogável a competência (ratione materiae) da Seção de Direito Privado para o julgamento de ações que contenham pretensão de reparação de danos decorrentes de acidente de veículo, ainda que fundada na responsabilidade civil do Estado - matéria não afeta ao Direito Público, por força do disposto no art. 2º, III, alínea “c”, da Resolução nº 194/2004, com a nova redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 605/2013, de 19.06.2013, deste Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Recurso não conhecido.” (Apelação nº 1021001-26.2014.8.26.0554, 4ª Câmara, Rel. Des. Paulo Barcellos Gatti, j. 26/10/2015); e*

*“APELAÇÃO - REPARAÇÃO DE DANOS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - Competência recursal de uma das E. Câmaras de Direito Privado (25ª a 36ª) desta Colenda Corte - Inteligência no artigo 5º, item III, da Resolução nº 623/13 - Precedentes - Remessa dos autos determinada - **Recurso não conhecido.**” (Apelação nº 0003549-40.2014.8.26.0224, 1ª Câmara, Rel. Des. Rubens Rihl, j. 05/07/2016).*

E esse entendimento tem ressonância na atual orientação do Órgão Especial deste Tribunal:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*'CONFLITO DE COMPETÊNCIA - 12ª Câmara de Direito Público e 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça - Acidente de veículo - Tampa de bueiro solta em via pública - Acepção ampla do termo "acidente", a abranger não somente as colisões entre automotores em vias de circulação, como também a danificação isolada de apenas um deles, por obstáculos eventualmente existentes na pista, como aqui - Irrelevância, face os termos da regra regimental atual, de haver órgão público responsável pela má conservação da pavimentação, ou pelo deslocamento de artefatos nela colocados, de molde a ensejar choque com veículos que nela circulem - Procedência do conflito, para declarar a competência da 27ª Câmara de Direito Privado.'* (Conflito de Competência nº 0003490-45.2014.8.26.0000, Rel. Des. Luiz Ambra, j. 02/04/2014).

Aliás, os feitos atinentes ao tema vêm sendo processados e julgados nas Câmaras de Direito Privado acima mencionadas, como se vê das ementas abaixo colacionadas:

*“Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Responsabilidade objetiva por ato omissivo do Município. Falta de conservação adequada da rodovia. Incidência do artigo 37, §6º, da Constituição Federal. Veículo que perdeu o controle e acabou invadindo a pista contrária, interceptando a trajetória de viatura policial. Prova oral controvertida acerca da existência de um buraco na faixa que se estendia desde o acostamento. Laudo pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística que demonstrou inúmeros desníveis na pista decorrentes do recapeamento da via. Inexistência de comprovação de que o autor conduzia seu automóvel em velocidade incompatível com o local. Fato que não pode ser considerado como determinante para a colisão. Culpa concorrente reconhecida. Imputação de 30% da responsabilidade ao Município. Dever de indenizar configurado. Danos materiais. Danos emergentes relativos à perda do veículo envolvido na colisão. Automóvel financiado cujo contrato não foi acostado aos autos. Impossibilidade de se verificar a existência de eventual crédito a seu favor. Indenização indevida. Danos morais configurados. Lesões de natureza leve.*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*Violação à integridade física do autor. Indenização devida. Arbitramento do valor indenizatório em R\$ 5.000,00, já considerada a proporção da sucumbência. Recurso parcialmente provido.” (Apelação nº 0000560-60.2008.8.26.0648, 29ª Câmara, Rel. Des. Hamid Bdine, j. 10/12/2014); e*

*“RECURSO EX OFFICIO E APELAÇÃO CÍVEL. Interposições contra a sentença que julgou parcialmente procedente ação de reparação de danos, e extinta, sem resolução do mérito, lide secundária. Acidente de veículo em rodovia. Irregularidades na pista. Responsabilidade de manutenção e conservação pelo Departamento de Estradas de Rodagem DER. Culpa exclusiva da autarquia estadual ré. Danos materiais comprovados. Reparação devida. Dano moral bem sopesado, arbitrado dentro dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e compatível com a capacidade financeira da ré, além de distanciado de causar enriquecimento indevido. Sentença mantida” (Apelação nº 0009848-12.2005.8.26.0624, 33ª Câmara, Rel. Des. Mario A. Silveira, j. 24/11/2014).*

Ante o exposto, **NÃO SE CONHECE** do apelo, com determinação de remessa, a fim de que se promova a redistribuição do recurso a uma das Câmaras (25ª a 36ª) da Terceira Seção de Direito Privado deste Tribunal, com as devidas homenagens.

**MARCOS PIMENTEL TAMASSIA**  
**Relator**